

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 74ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
1.2 – Reuniões de Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATA



ATAS

ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/9/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.566 e 4.599 a 4.604/2017; Requerimentos n°s 8.563 a 8.589/2017 – Proposições Não Recebidas: Projeto de Lei n° 4.605/2017 – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados João Leite, Isauro Calais, Léo Portela e Paulo Guedes – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Questões de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Antônio Jorge, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– A deputada Rosângela Reis, 1ª-secretária *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Luciene Eugênia da Silva, gerente-geral da Agência Santo Agostinho da Caixa Econômica Federal, informando crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, em 30/8/2017, na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0301526-16/2009, firmado com a Secretaria de Estado de Obras Públicas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Mauricio Pinheiro Ferreira, prefeito do Município de Caiana, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.363/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao respectivo projeto de lei.)

Do Sr. Wagner Mol Guimarães, prefeito do Município de Ponte Nova, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.966/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao respectivo projeto de lei.)

Da Sra. Adriana Branco Cerqueira, secretária de Assuntos Institucionais de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.906/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Do Sr. Alex Sandro Feil, superintendente de Comunicação e Relações Institucionais da Aneel, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 7.305/2016, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Bosco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Homero Brasil Filho, presidente interino da Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.376/2017, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.013/2017, da Comissão de Assuntos Municipais.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.195/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.196/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.198/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.199/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.200/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.207/2017, da Comissão de Segurança Pública.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.566/2017

Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescido ao art. 2º da Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, o seguinte parágrafo único: Art. 2º - (...).

Parágrafo único - As instituições bancárias e financeiras deverão disponibilizar, em tempo real, as imagens a que se refere o inciso III deste artigo, quando solicitadas pela Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, na forma do regulamento a ser editado pelo Poder Executivo. "

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 31 de agosto de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Presidente da Comissão de Segurança Pública

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.599/2017

Dispõe sobre a gratuidade no acesso a banheiros sanitários para idosos, gestantes, lactantes e pessoas com deficiência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica permitido o acesso gratuito para idosos, gestantes, lactantes e pessoas com deficiência nos banheiros sanitários de shopping centers, centros comerciais, supermercados, rodoviárias, aeroportos, hospitais e estabelecimentos assemelhados.

Art. 2º – O descumprimento ao disposto nesta lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$ 1000,00 (mil reais) por ocorrência.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de setembro de 2017.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Vice-Presidente (PSDB).

Justificação: Idosos, gestantes, lactantes e pessoas com deficiência, comprovadamente necessitam da utilização de banheiro com mais frequência, uma vez que, essas pessoas apresentam alterações significativas em seu organismo em face do uso contínuo de medicamentos controlados.

Segundo estudos obstétrico, mulheres grávidas aumentam as idas ao banheiro em face do aumento de líquido circulando pelo corpo, fazendo com que os rins acelerem seu funcionamento, eliminando mais resíduos. Além do mais, o crescimento do útero pressiona a bexiga e ela não consegue reter a urina. Essa pressão diminui a partir do quarto mês quando o útero atinge a cavidade abdominal.

Idosos e pessoas com deficiência também precisam utilizar o sanitário com mais frequência. Neste particular, pelo menos a legislação já determina sobre a obrigatoriedade da existência de banheiros adaptados.

Essas pessoas também fazem parte de um grupo que usam medicamentos que propiciam à vontade de irem ao banheiro. Desse modo, o uso gratuito do mesmo torna-se fundamental para assegurar à satisfação de uma necessidade elementar para este grupo de pessoas.

São raras as cidades do estado de Minas Gerais que garantem a utilização gratuita e indiscriminada a este sensível e desprestigiado grupo de pessoas que necessitam da proteção estatal para a garantia do conforto pessoal e de conferir dignidade a elas.

Considerando a relevância e contundência dos dados narrados acima, solicito dos meus nobres pares o necessário apoio para a aprovação dessa proposição.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Anselmo José Domingos. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.759/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.600/2017

Dispõe sobre a exclusão do 3º dígito nos preços de combustíveis ao consumidor, no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam instituídas as regras para a formatação de preços ao consumidor de combustíveis no Estado de Minas Gerais.

§ 1º – A exclusão do 3º dígito no preços dos combustíveis ao consumidor deverá ser limitado a 2 (dois) dígitos de centavos.

§ 2º – A informação do preço, limitado a duas casas decimais, se fará diretamente na bomba de abastecimento e sua divulgação deverá ser afixada em local visível e com destaque.

§ 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a expedir normas para execução e cumprimento das disposições desta lei e a estabelecer as penalidades em caso de seu descumprimento.

Art. 2º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de setembro de 2017.

Deputado Gilberto Abramo (PRB)

Justificação: Desde a década de 90 os combustíveis vendidos em postos de gasolina no Estado de Minas Gerais utilizam 03 casas decimais em seus preços (exemplo: R\$ 2,998), ou seja, milésimos de centavos.

O que poderia ser razoável há alguns decênios não o é mais nos dias de hoje. O preço de qualquer produto é estabelecido com valores em reais e centavos, ou seja, duas casas decimais. Entretanto os donos dos postos de gasolina continuam a utilizar de estratégia que confunde e causa prejuízo ao consumidor.

A prática do terceiro dígito disfarça o preço real do combustível, configurando-se uma prática, no mínimo, irregular, vez que oculta do consumidor o preço real do combustível.

Insta observar que inexistem óbices de natureza financeira ou orçamentária que impeçam a sua tramitação, vez que o projeto não concorre para o aumento de despesa pública.

A medida ora proposta, significará uma importante contribuição no sentido de tornar mais transparente os preços praticados na comercialização de combustíveis.

Diante do exposto e por estar convicto da relevância desse projeto de lei esperamos contar com o apoio dos Nobres Deputados para a sua rápida aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.601/2017

Declara de utilidade pública a Academia Corintiana de Letras, com sede no Município de Corinto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública a Academia Corintiana de Letras, com sede no Município de Corinto.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de setembro de 2017.

Deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.602/2017

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Especializada em Projetos Sociais – Ceps –, com sede no Município de Guaranésia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Especializada em Projetos Sociais – Ceps –, com sede no Município de Guaranésia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de setembro de 2017.

Deputado Ivair Nogueira – PMDB

Justificação: A Comunidade Terapêutica Especializada em Projetos Sociais – Ceps –, com sede no Município de Guaranésia, destina-se a acolher usuários de drogas e álcool do sexo masculino, disponibilizando tratamento gratuito aos dependentes sob sua tutela.

Constituída sob a forma jurídica de associação, sem fins lucrativos, com duração por prazo indeterminado, a referida entidade está em pleno e regular funcionamento há mais de um ano. Ademais, possui diretoria composta por pessoas de reconhecida idoneidade, que desenvolvem gratuitamente suas atribuições.

No exercício das atividades a Associação não faz nenhum tipo de discriminação, destinando a totalidade da renda apurada ao cumprimento das obrigações estatutárias.

O reconhecimento dos serviços prestados irá possibilitá-la a firmar parcerias com o poder público e entidades privadas, visando o recebimento de recursos para custeio e expansão de suas atividades, razão pela qual conto com a anuência dos pares a este importante projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Prevenção e Combate às Drogas, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.603/2017

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Agrícola dos Suíços, com sede no Município de Luisburgo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Agrícola dos Suíços, com sede no Município de Luisburgo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de setembro de 2017.

Deputada Ione Pinheiro – DEM

Justificação: A Associação Comunitária Agrícola dos Suíços com sede no Município de Luisburgo/MG está em funcionamento desde 1998, com a finalidade de desenvolver atividades assistenciais, beneficentes e filantrópicas. O objetivo é trazer benefícios aos associados apoiando as reivindicações, melhorias nos meios de produção e auxiliando na luta pela fixação do homem no campo.

Assim, a Associação Comunitária Agrícola dos Suíços apresenta todos os requisitos indispensáveis para a tramitação e a aprovação do projeto. Para que a associação possa dar continuidade ao seu trabalho e desempenhar melhor suas atividades, propomos a declaração de utilidade pública.

Diante do exposto, pedimos o apoio e a compreensão dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.604/2017

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Heliadora o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Heliadora o imóvel com área de 414m² (quatrocentos e quatorze metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Rua Liberdade, no Município de Heliadora, e registrado sob o nº 7.181, a fls. 41 do Livro 3-E, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Gonçalo do Sapucaí.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a abrigar a Unidade Básica de Saúde do município.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 10 (dez) anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de setembro de 2017.

Deputado Cássio Soares (PSD)

Justificação: A Unidade Básica de Saúde de Heliadora funciona no referido imóvel, que encontra-se cedido pelo estado de Minas Gerais ao município desde dezembro de 2012. Com o objetivo de promover e proteger a saúde da população e de possibilitar o diagnóstico, o tratamento de doenças e, ainda, de desenvolver uma atenção integral, a doação do referido imóvel - que já abriga a estrutura necessária ao ideal funcionamento do equipamento público - atende indiscutivelmente ao interesse público, razão pela qual, conto com o apoio dos nobres deputados para a aprovação deste projeto de lei.

Ressalto, por fim, que a Unidade Básica de Saúde (UBS) é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde e, assim como determina a legislação, sua instalação no referido imóvel considerou a proximidade de onde os usuários moram, trabalham, estudam e vivem, desempenhando, com isso, um papel central na garantia de acesso à população a uma atenção à saúde de qualidade, sendo de extrema importância sua manutenção no mesmo local.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 8.563/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o cronograma de repasse de pagamento das parcelas do Programa de Transporte Escolar 2017 aos municípios. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.564/2017, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para adequar suas instalações às normas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Nº 8.565/2017, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para fiscalizar as condições de acessibilidade dos espaços destinados às cadeiras de rodas nos ônibus dos transportes coletivos metropolitano e intermunicipal.

Nº 8.566/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o cronograma de repasse de pagamento das parcelas do Programa de Transporte Escolar 2017 aos municípios. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.567/2017, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – pedido de providências para fiscalizar as condições de acessibilidade dos espaços destinados às cadeiras de rodas nos ônibus do transporte coletivo municipal.

Nº 8.568/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Cultura pedido de providências para possibilitar recursos financeiros para atender a obras de manutenção e restauração emergenciais no Mosteiro Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, localizado no Município de Santa Luzia. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 8.569/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência realizada em 9/9/2017, em Belo Horizonte, a qual resultou na prisão de suspeito da prática de inúmeros furtos de veículos no referido município. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.570/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência realizada em Contagem, em 5/9/2017, a qual resultou na morte de três indivíduos acusados de ser autores de vários homicídios.

Nº 8.571/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência realizada em Santa Juliana, em 8/9/2017, a qual resultou na apreensão de armas, quantia em dinheiro e pneus e na prisão de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.572/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado e ao Ministério Público Federal pedido de providências para que se apurem os crimes ambientais cometidos contra a mata atlântica na região do Santuário Ecológico da Pedra Branca, no Município de Caldas.

Nº 8.573/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para que seja realizado um estudo de viabilidade sobre a criação de aplicativo gratuito, gerenciado pelo poder público, contendo rotas, horários de ônibus, localização do veículo em tempo real, pontos de parada e linhas intermunicipais disponíveis em determinada localidade, sendo também um ponto de sugestões e reclamações, para que se possam identificar as necessidades da população em relação à mobilidade e à acessibilidade, assim como as parcerias feitas com os aplicativos já existentes. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 8.574/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre a situação do modal ferroviário no Estado e sobre as previsões de investimento nesse modal. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.575/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre os resultados do Procedimento de Manifestação de Interesse referente à malha rodoviária sob responsabilidade estadual e sobre a preparação dos documentos do Projeto de Concessão da Rede Rodoviária do Estado de Minas Gerais que integra o Sistema Rodoviário Estadual – SRE. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.576/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Educação pedido de providências para que desenvolvam campanhas educativas conjuntas com o objetivo de alertar sobre a importância e as vantagens da prevenção à criminalidade, com ênfase na inserção social e em atividades coletivas em espaços públicos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.577/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para expansão do programa Fica Vivo! para outros municípios de Minas Gerais, fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, priorizando as comunidades carentes com altos índices de homicídios e violência em geral, a fim de desenvolver atividades de cunho preventivo para jovens de 12 a 24 anos, conforme os preceitos e objetivos do projeto. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.578/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para o aumento do quadro de delegados, escrivães e investigadores efetivos da Polícia Civil, do número de viaturas para o atendimento 24 horas nos municípios e de policiais preparados, submetidos a testes psicológicos e treinamento de aptidão periódicos mais frequentes e mais aprofundados, de acordo com estatísticas de criminalidade do local e o número de habitantes. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.579/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a ampliação dos serviços de proteção social especial de alta complexidade destinados às pessoas com deficiência no Estado, notadamente os serviços de Residência Inclusiva e Casa Lar para jovens e adultos. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 8.580/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para a implantação de bases fixas da Polícia Militar em bairros com maior índice de criminalidade e de bases móveis, em sistema rotativo, nos demais bairros, conectadas a um aplicativo móvel que permita denúncias anônimas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.581/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para a ampliação da Patrulha Rural nas áreas não urbanas, a fim de proteger a população e seus bens. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.582/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para a ampliação do programa Olho Vivo, com o estabelecimento de metas para a instalação prioritária em áreas com altos índices de violência e a implantação de câmaras de vigilância em viaturas, a fim de que monitorem a atuação policial. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.583/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para capacitação integrada dos policiais civis e militares para um tratamento mais humanizado à população, sobretudo no aspecto de abordagem, com o intuito de promover maior aproximação com os cidadãos e maior eficiência da atuação policial. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.584/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão, de Fazenda e de Segurança Pública pedido de providências com vistas à possibilidade de se envolver a iniciativa privada no programa Fica Vivo!, mediante concessão de benefícios fiscais ou outro tipo de contrapartida para as empresas e entidades, de forma a fomentar esse projeto. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.585/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para fortalecer as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apacs – em Minas Gerais, com ênfase na implementação de novas unidades e na ampliação do número de vagas em todo o Estado. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.586/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para a aquisição de equipamentos de raios X e detectores de metal e aluguel de equipamentos de *body scan* para todas as unidades do sistema prisional de Minas Gerais, de modo a eliminar as revistas vexatórias. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.587/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências com vistas a orientar as escolas sobre a necessidade de incentivar os professores a incluir as temáticas de diversidade étnico-racial, de gênero e sexual no cotidiano escolar. (– À Comissão de Educação.)

Nº 8.588/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que as ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado, previstas na Lei nº 16.683, de 10 de janeiro de 2007, sejam priorizadas, em especial considerando-as como instrumento de prevenção social ao crime. (– À Comissão de Educação.)

Nº 8.589/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que se intensifique a realização de ações com vistas à conscientização da população contra a homofobia, a discriminação racial, a violência contra a mulher e quaisquer outros tipos de discriminações. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso II do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 4.605/2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade por parte dos hospitais públicos e privados, do registro e da comunicação imediata de recém-nascidos com Síndrome de Down às Instituições, Entidades e Associações especializadas que desenvolvem atividades com pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os hospitais públicos ou privados do Estado de São Paulo ficam obrigados a proceder o registro e a comunicação imediata de recém-nascidos com Síndrome de Down às Instituições, Entidades e Associações especializadas que desenvolvem atividades com pessoas com deficiência.

Art. 2º – Entende-se para efeitos desta Lei, além de hospitais públicos e privados, todas as Casas de Saúde, Santas Casas, Hospitais Filantrópicos, Maternidades, Clínicas, Centros de Saúde, Postos de Saúde e demais estabelecimentos de saúde que realizem e prestem os serviços de parto.

Art. 3º – A imediata comunicação prevista nesta Lei, após detectada a síndrome, tem como propósito:

I – garantir o apoio, acompanhamento e intervenção imediata das instituições, entidades e associações, por seus profissionais capacitados, com vistas à estimulação precoce;

II – permitir a garantia e o amparo aos pais no momento de insegurança, dúvidas e incertezas, do indispensável ajuste familiar à nova situação, com as adaptações e mudanças de hábito inerentes, com atenção multiprofissional;

III – garantir atendimento por intermédio de aconselhamento, para ajudar a criança com Down e sua família, favorecendo as possibilidades de tratamento humano com vistas à promoção de estilos de vida saudável, incluindo alimentação, qualidade do sono e prática de exercícios, de saúde física, mental e afetiva no seio familiar e contexto social;

IV – impedir diagnóstico tardio, contribuindo para que o diagnóstico dos bebês com Síndrome de Down seja rapidamente identificado e comunicado;

V – afastar o estímulo tardio, garantindo mais influências positivas no desempenho e no potencial dos primeiros anos de vida, para o desenvolvimento motor e intelectual mais rápido das crianças com Síndrome de Down;

VI – garantir as condições reais de socialização, inclusão, inserção social e geração de oportunidades, ajudando o desenvolvimento da autonomia da criança, sua qualidade de vida, suas potencialidades, suas habilidades sociais e sua integração efetiva como protagonista produtiva em potencial junto ao contexto social;

VII – respeitar, no tocante à saúde da pessoa com Síndrome de Down, as diretrizes das Políticas Públicas do Ministério da Saúde.

Art. 4º – Em caso de descumprimento, sem justificativa, desta norma, o estabelecimento de saúde incorrerá nas seguintes penalidades:

I – advertência;

II – pagamento de multa no valor de 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais - UFEMGs, cobrada em dobro em caso de reincidência.

Art. 5º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de setembro de 2017.

Deputado Missionário Marcio Santiago (PR)

Justificação: O presente projeto de lei tem por objetivo estabelecer no Estado de Minas Gerais, a obrigação de registrar e comunicar imediatamente, por parte dos hospitais públicos e privados, o nascimento de recém-nascidos da síndrome de Down, junto às entidades e associações que desenvolvem atividades voltadas para pessoas com deficiência. Para tanto, em caso de descumprimento da norma, sem justificativa, acarretará a aplicação da penalidade que vai desde a advertência até multa, dobrada em caso de reincidência.

Existem hoje no estado 148 serviços de reabilitação intelectual na Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do SUS/MG. Desses, 132 são Serviços Especializados em Reabilitação da Deficiência Intelectual (SERDI) e 16 são Centros Especializados em Reabilitação (CER). Enquanto os SERDI são serviços que atendem apenas a deficiência intelectual, os CER são serviços que atendem mais de uma modalidade de deficiência. Ambos realizam avaliação, diagnóstico e acompanhamento dos usuários. Com isso, a medida pretende impedir o diagnóstico tardio, contribuindo para que o diagnóstico do bebê seja rapidamente comunicado, ajudando no acompanhamento precoce, facilitando as ações para o estímulo mais rápido e mais oportunidade para seu desenvolvimento futuro. A estimulação precoce desde o nascimento é a melhor maneira de promover o desenvolvimento dos potenciais da criança. Como afirma o Dr. Dráuzio Varella: *“Crianças com síndrome de Down precisam ser estimuladas desde o nascimento, para que sejam capazes de vencer as limitações que essa alteração genética lhes impõe. Como têm necessidades específicas de saúde e aprendizagem, exigem assistência profissional multidisciplinar e atenção permanente dos pais. O objetivo deve ser sempre habilitá-las para o convívio e a participação social”*.

Nota-se que muitos pais ao receberem o diagnóstico de que seu filho tem Síndrome de Down, se sentem desamparados, pois não sabem como vão agir pela frente, tão pouco sabem a quem recorrer e quais instituições procurar para garantir que os direitos de seu filhos sejam assegurados. Esses pais necessitam de acolhimento e de informação adequada e correta para que possam oferecer a seus filhos a oportunidade de crescer desenvolvendo sua autonomia. É fundamental que a criança e os pais já saiam do hospital com o diagnóstico, com um exame que comprove a condição, e que as associações de apoio sejam comunicadas para prestar o apoio necessário.

A presente propositura tem respaldo constitucional nas matérias de competência concorrente para legislar sobre proteção da saúde, conforme seu art. 24, inciso XII: Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Vale registrar que o fato de que o projeto em questão propõe a simples comunicação entre hospitais públicos e privados, com as entidades e associações especializadas em desenvolver atividades com pessoas com síndrome de Down, sendo que isso não vai ocasionar impacto financeiro, nem mesmo acréscimos de funcionários para tal finalidade.

Diante do acima exposto, conto com o apoio de meus pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, em Plenário, do vereador Messias e da prefeita Helena Maria Silveira, do Município de Piranguinho, a capital do pé de moleque de Minas Gerais e do Brasil. Muito obrigado pela presença.

Oradores Inscritos

– Os deputados João Leite, Isauro Calais, Léo Portela e Paulo Guedes proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questões de Ordem

O deputado Léo Portela – Obrigado, Sr. Presidente. No dia 30 de agosto protocolei, junto à Mesa, a perda de prazo do Projeto de Lei nº 4.247/2017, na Comissão de Constituição e Justiça. A praxe diz que esse projeto deveria voltar, por uma reunião, para a Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, ser lido aqui. O Regimento não diz isso; diz que ele tem que ser lido pela Mesa, sem esse retorno à comissão. Sendo que ele já retornou à comissão, peço, Sr. Presidente, que seja lida a perda de prazo, para que o projeto siga o seu curso normal dentro do processo legislativo, e vá adiante para a Comissão de Educação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Perfeitamente. A presidência responderá o pleito de V. Exa. o mais breve possível.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, ouvi atentamente o discurso do deputado Paulo Guedes e vou deixar para rebater algumas colocações feitas por ele em outra reunião, inclusive críticas ao Congresso Nacional que não julgo serem adequadas. Mas o que solicito a V. Exa., neste momento, é o encerramento desta reunião, haja vista que verificamos, de plano, a inexistência de quórum.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 14, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/4/2017

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Gilberto Abramo, Antônio Jorge, Dalmo Ribeiro Silva e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a receber, discutir e votar proposições da comissão. A Presidência designa relatora dos trabalhos da comissão a deputada Marília Campos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 7.862/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Gilberto Abramo, Dalmo Ribeiro Silva, Tadeu Martins Leite e Antônio Jorge, em que requerem seja realizado debate público para debater a situação da Previdência e os impactos sociais e financeiros provenientes da Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 287/2016, que tramita na Câmara dos Deputados. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Marília Campos – Antônio Jorge.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/8/2017

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Roberto Andrade (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG), Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Tiago Ulisses, por indicação da liderança do BCMG) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 2.032, 2.220 e 3.060/2015; 3.595, 3.827, 3.906, 3.931, 3.937 e 3.961/2016; e 3.980, 4.024, 4.076, 4.079 e 4.242/2017 (designado relator: deputado Roberto Andrade). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Gustavo Corrêa, presidente – Cássio Soares – Cristiano Silveira.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/8/2017

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Bosco, Antonio Lerin e Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Associação do Municípios Mineradores de Minas Gerais – Amig – convidando os deputados estaduais para fazerem parte da campanha “Alíquota bruta, CFEM Justa” e participarem da audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Rodrigo Maia, em 24/8/2017, no Gabinete da Presidência da Câmara. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sra. Kênia Régia Anasenko Marcelino, presidente da Codevasf (1º/6/2017), e Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária da Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (12/8/2017), e do Sr. Frederico Delfino, diretor de Operação Sul da Copasa-MG (4/8/2017 e 10/8/2017). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.203/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.437/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública com a finalidade de debater a possível privatização de usinas hidrelétricas de Furnas, conforme denúncia recebida;

nº 9.441/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada visita técnica ao Município de Caeté para averiguar a ocorrência frequente de oscilação e quedas na energia nesse município;

nº 9.442/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada visita técnica ao Município de São José da Lapa para averiguar a ocorrência frequente de oscilações e quedas na energia elétrica nesse município;

nº 9.443/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Araçuaí para debater a Medida Provisória nº 789/2017, que altera a legislação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – Cfem – e demais assuntos correlatos, juntamente com os municípios mineradores da região do Vale do Jequitinhonha;

nº 9.508/2017, dos deputados Rogério Correia e Bosco, em que requerem seja realizada visita ao acampamento da Plataforma Operária Camponesa de Energia, na Usina Hidrelétrica de São Simão, no Município de Santa Vitória, para participar de ato da Frente Mineira de Defesa da Cemig, contrário ao leilão das usinas controladas pela empresa;

nº 9.509/2017, dos deputados Rogério Correia e Bosco, em que requerem seja realizada visita à Usina Hidrelétrica de Jaguara, no Município de Sacramento, para participar de ato da Frente Mineira de Defesa da Cemig, contrário ao leilão das usinas controladas pela empresa;

nº 9.511/2017, dos deputados Antonio Lerin, João Vítor Xavier e Bosco, em que requerem seja realizada audiência pública na sede da Cemig, em Belo Horizonte, para debater a necessidade de ampliação dos investimentos dessa empresa no Noroeste do Estado, com o objetivo de atender os produtores rurais que utilizam pivôs centrais de irrigação;

e nº 9.513/2017, dos deputados Antonio Lerin, João Vítor Xavier e Bosco, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a temática da produção energética a partir do reaproveitamento de resíduos sólidos, bem como suas fontes de financiamento público.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

João Vítor Xavier, presidente – Geraldo Pimenta – Tiago Ulisses.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.563, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/8/2017

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Tadeu Martins Leite e Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusou o recebimento do Veto nº 23.563, em turno único, do qual avocou a relatoria. Suspende-se a reunião. Às 14h39min, registra-se a presença dos deputados Duarte Bechir, Dilzon Melo, Felipe Attiê, Tadeu Martins Leite e Ivair Nogueira (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer sobre o Veto nº 23.563/2017, em turno único (relator: deputado Duarte Bechir) que opina pela manutenção do veto referente aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102 e pela rejeição do veto referente ao item 93 "i". Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2017.

Duarte Bechir, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/8/2017

Às 16h42min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos da reforma trabalhista na vida das mulheres. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Rosilene Cristina Rocha, secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Lutiana Nacur Lorentz, procuradora do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais; Ellen Mara Ferraz Hazan, advogada da Associação Mineira dos Advogados Trabalhistas; Maria de Fátima Lage Guerra, economista e técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese – no Escritório Regional de Minas Gerais; Luciana Ataíde Brandão Bagno diretora do Sindicato dos Bancários, representando a presidente; Thaís Cláudia D'Afonseca, diretora do Sindicato dos Professores de Minas Gerais – Sinpro-MG, advogada trabalhista e professora de Direito Material e Processual do Trabalho da PUC Minas, representando a presidente do Sinpro-MG; Tânia Maria Costa, diretora do Sindicato dos Metalúrgicos; e Lourdes Aparecida Machado, presidente do Sindicato das Psicólogas e Psicólogos. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra às convidadas, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Foram ouvidas as Sras. Luísa Drumond, delegada de Polícia da Divisão Especializada da Mulher, do Idoso e do Deficiente de Belo Horizonte, e Marlene Moreira Pereira, vereadora do Município de Itamarandiba e sindicalista; e os Srs. José Prata Araújo, economista, e Paulo Barcala, jornalista. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2017.

Marília Campos, presidente – Duarte Bechir – Geraldo Pimenta.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/8/2017

Às 16h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Ulysses Gomes, Carlos Henrique, Fábio Avelar Oliveira e João Leite (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei n°s 3.993, 4.062 e 4.344/2017, em turno único (deputado Carlos Henrique), 4.212 e 4.403/2017, em turno único (deputado Fábio Avelar Oliveira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei n°s 1.942/2015 (relator: deputado Gustavo Corrêa) e 3.868/2016 (relator: deputado Mário Henrique Caixa), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento n° 7.414/2017. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei n° 2.747/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.431/2017, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Wilton Teixeira Lopes, diretor da Escola Estadual Pedro Lessa, em São Miguel do Anta, pelo título de campeã conquistado pela equipe de futsal masculino da escola no módulo I dos Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg, e que seja o diploma referente ao voto entregue em audiência de convidados;

nº 9.432/2017, dos deputados João Leite e Missionário Marcio Santiago, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a prática do *taekwondo* e a atuação das entidades responsáveis pelo esporte no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2017.

Ulysses Gomes, presidente – Anselmo José Domingos – João Leite.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/8/2017

Às 10h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco, Thiago Cota e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 305/2015, no 1º turno, 3.928/2016, 4.141 e 4.283/2017, em turno único (deputado Dilzon Melo); 787, 1.023 e 1.480/2015, no 1º turno (deputado Geraldo Pimenta); 1.070, 1.602 e 1.658/2015, no 1º turno (deputada Marília Campos); 3.432 e 3.893/2016, no 1º turno, e 3.104/2015, em turno único (deputado Thiago Cota). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 96/2015 (relator: deputado Dilzon Melo) na forma do Substitutivo nº 1; e 3.432/2016 (relator: deputado Thiago Cota) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 305/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Dilzon Melo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.218/2015. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.242/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação e aprovados os requerimentos:

nº 9.639/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Glaycon Franco, Dilzon Melo, e Thiago Cota, em que requerem seja realizada visita ao complexo de barragens de rejeitos de minério de ferro da Mina Casa de Pedra, pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN –, no Município de Congonhas;

nº 9.640/2017, da deputada Marília Campos, e dos deputados Thiago Cota, Glaycon Franco e Dilzon Melo, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater as ações que estão sendo desenvolvidas para reparar ambiental e socialmente os impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão e a gestão da Fundação Renova;

nº 9.641/2017, dos deputados Thiago Cota e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado à Fundação Renova pedido de informações sobre os programas e as ações que estão sendo desenvolvidos para reparar ambiental e socialmente os impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 9.642/2017, dos deputados Thiago Cota e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado à Fundação Renova pedido de informações sobre a remuneração do quadro de pessoal, a planilha de gastos e as fontes de custeio e de investimento da entidade;

nº 9.643/2017, dos deputados Thiago Cota e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado à Fundação Renova pedido de providências para que seja dada maior transparência a suas atividades e ações na implementação e na gestão dos programas das áreas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana;

nº 9.645/2017, da deputada Marília Campos, e dos deputados Glaycon Franco e Thiago Cota, em que requerem seja formulada manifestação de protesto contra o Decreto nº 9.147, de 28/8/2017, que extingue a Reserva Nacional do Cobre e seus Associados – Renca –, por afetar unidades de conservação e terras indígenas na Amazônia;

nº 9.646/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Glaycon Franco e Thiago Cota, em que requerem seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências para que emita parecer sobre os Requerimentos nºs 3.006, 3.007, 3.011, 3.014, 3.123, 3.448, 3.730, 3.731, 4.212 a 4.214 e 4.682/2015; 6.449, 6.878 e 7.503/2016; e 9.054/2017, que contêm pedidos de informações aprovados pela comissão, e para que os referidos pareceres sejam apreciados em Plenário;

nº 9.647/2017, dos deputados Glaycon Franco e Dilzon Melo, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em relatório a respeito do recente surgimento de umidade no maciço da barragem da CSN, no Município de Congonhas, e de sua implicação na segurança do barramento e da população a jusante da estrutura;

nº 9.648/2017, dos deputados Glaycon Franco e Dilzon Melo, em que requerem seja encaminhado à DNPM e à CSN pedido de informações consubstanciadas em relatório a respeito do recente surgimento de umidade no maciço da barragem da CSN, no Município de Congonhas, e de sua implicação na segurança do barramento e da população a jusante da estrutura.

Submetido a votação, é aprovado requerimento do deputado Dilzon Melo que solicita adiamento de votação do Requerimento de Comissão nº 9.457/2017. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 9.582/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, para debater e fazer um balanço das ações adotadas para reparar os danos socioambientais causados pela Samarco Mineração, em virtude do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2017.

Dilzon Melo, presidente – Geraldo Pimenta.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/8/2017

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Cristiano Silveira, Sargento Rodrigues, Mário Henrique Caixa (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG) e Roberto Andrade (substituindo o deputado Dirceu Ribeiro, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.211/2017, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado João Magalhães. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres:

pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.672/2016 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cristiano Silveira, em virtude de redistribuição), e 4.211/2017 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado João Magalhães). Registra-se a presença do deputado João Leite (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É apresentada pelo deputado Cristiano Silveira a Emenda nº1 ao Requerimento nº 9.532/2017. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 9.532/2017 com a Emenda nº 1. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.557/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Resolução nº 23.520/2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE –, que estabelece diretrizes para a extinção e o remanejamento de zonas eleitorais no interior dos estados;

nº 9.569/2017, do deputado Dirceu Ribeiro, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para autorizar que os últimos excedentes aprovados no concurso 2013 da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, num total de 76 peritos criminais, sejam encaminhados para o curso de formação, em caráter de urgência;

nº 9.635/2017, dos deputados João Magalhães, Sargento Rodrigues, Antonio Carlos Arantes, Cabo Júlio, João Leite e Paulo Guedes, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública, no Município de Manhuaçu, com a finalidade de debater o enfrentamento de quadrilhas envolvidas em roubos e latrocínios, bem como as dificuldades com que se defrontam a Polícia Militar e a Polícia Civil nas regiões de divisa no Estado de Minas Gerais;

nº 9.636/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para que sejam convocados os excedentes do último concurso de investigador da Polícia Civil, dada a necessidade e a urgência de preenchimento dos cargos, em benefício da segurança pública do Estado;

nº 9.637/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam convocados os excedentes do último concurso de soldado da Polícia Militar, dada a necessidade e a urgência de preenchimento dos cargos, em benefício da segurança pública do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

João Magalhães, presidente – João Leite – Gustavo Valadares – Dirceu Ribeiro.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/9/2017

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Duarte Bechir (substituindo o deputado Fred Costa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 18/8/2017: ofícios da Sra. Daniela Diniz Faria, chefe de gabinete da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e do Sr. Rodrigo Souza de Albuquerque, chefe de gabinete da Corregedoria-Geral do Ministério Público. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.687/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública da Comissão de Participação Popular para debater o Projeto de Lei nº 4.126/2017, que torna obrigatória a inclusão de mel de abelha na complementação da merenda escolar das escolas públicas estaduais e dá outras providências;

nº 9.752/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente – Geraldo Pimenta – Duarte Bechir.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/9/2017

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Anderson Luís Coelho, presidente do Crefito-4, encaminhando parecer acerca das evidências e da validade da utilização da metodologia *domandelacato* no tratamento das crianças com deficiência. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 11/2015, no 1º turno, do qual avocou a relatoria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido à votação, é aprovado o Requerimento nº 8.406/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.756/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Belo Horizonte pedido de providências com vistas à adequação das instalações dessa Casa Legislativa às normas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

nº 9.757/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BRTrans – pedido de providências para que sejam fiscalizadas as condições de acessibilidade dos espaços destinados às cadeiras de rodas nos ônibus do transporte coletivo municipal;

nº 9.758/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para que sejam fiscalizadas as condições de acessibilidade dos espaços destinados às cadeiras de rodas nos ônibus dos transportes coletivos metropolitano e intermunicipal;

nº 9.759/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada visita ao Instituto Pestalozzi, no Município de Belo Horizonte, para se conhecerem as instalações, as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhor atendimento à pessoa com deficiência;

nº 9.760/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada reunião com convidados para debater o orçamento do Estado dedicado à pessoa com deficiência, no âmbito de discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2016-2019, revisão 2018;

nº 9.761/2017, dos deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Nozinho, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, tendo em vista a promoção do Dia D de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Reabilitados do INSS no dia 29/9/2017.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Assistência ao Menor e Especializada – AME –, realizada em 28/8/2017, em Belo Horizonte, que segue publicado após as assinaturas. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Foram ouvidos na reunião as Sras. Sirlene Alves Primo Xavier, Eliane Vieira de Oliveira, Luísa de Marillac e Kátia Ferraz; e os Srs. Cléber Paulo, Elias Gonçalves e Jucelmário Prates. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Nozinho – Doutor Wilson Batista.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Local visitado: Assistência ao Menor e Especializada

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 9.109/2017, dos deputados Duarte Bechir e Nozinho, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência visitou, no dia 28/8/2017, a Assistência ao Menor e Especializada – AME –, para conhecer suas condições de funcionamento.

Participou da visita o deputado Duarte Bechir, que foi recebido pela Sras. Ivone de Araújo, diretora da instituição, Marilda de Fátima Castorino, secretária, e Raquel Barbosa, psicóloga. Também estiveram presentes mães de pessoas com deficiência atendidas pela entidade.

Relato

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência visitou, em 28/8/2017, a Assistência ao Menor e Especializada – AME –, com o objetivo de conhecer as suas condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhor atender as pessoas com deficiência.

Fundada em 1969, a AME é uma instituição filantrópica que funciona como clínica e escola para pessoas com deficiência. O quadro de funcionários é composto por profissionais da área da saúde (uma fisioterapeuta, uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional e uma auxiliar de reabilitação), da área pedagógica (uma pedagoga e quatro professores), uma secretária e uma cozinheira. Uma assistente social trabalha como voluntária, e um profissional autônomo é o responsável pela limpeza do local durante os finais de semana.

Com capacidade para atender 100 pessoas, atualmente a AME atende cerca de 60 crianças, adolescentes, jovens e adultos com vários tipos de deficiência. A instituição funciona como escola especial e oferece o ensino infantil e o ensino fundamental até o 4º ano.

A sede atual funciona desde 2005 em um prédio construído com recursos de doações em um terreno cedido pelo Tribunal de Contas da União, no Bairro Ipiranga. No mesmo local, funciona o Centro de Estudos da AME – Ceame –, a ela vinculado. Sua finalidade é arrecadar recursos e realizar convênios para beneficiar a instituição.

Os profissionais relataram que a AME passa por séria crise financeira, a mais grave desde a sua fundação. No momento, a entidade não conta com repasses provenientes de convênios com o poder público – o último convênio, firmado com a prefeitura de Belo Horizonte, encerrou-se há cerca de três anos. A associação também recebia recursos advindos da Bolsa Caade, extinta em 2015. Com a falta de suporte institucional, tem se mantido por meio de doações, arrecadação de recursos em eventos sociais e colaboração de voluntários. Os alimentos são doados pela prefeitura e por empresas.

O valor arrecadado, porém, não é suficiente para saldar as dívidas da associação, que chegam no momento a aproximadamente R\$150.000,00 e dizem respeito principalmente à folha de pagamento – os funcionários não recebem seus salários regularmente há cerca de três anos. Conforme a diretora, o ideal seria uma arrecadação mensal fixa de pelo menos R\$ 10.000,00 para as despesas de pessoal.

Alguns profissionais permanecem prestando seus serviços na instituição por contarem com outras fontes de renda, como a aposentadoria. Além deles, a escola conta com três professores cedidos pelo Estado (dois designados e um servidor efetivo), remunerados diretamente pelo poder público.

A instituição também enfrenta dificuldades para regularizar sua documentação, o que inviabiliza o recebimento de subvenções. As principais delas são a adequação às recentes alterações no Cadastro Geral de Convenientes do Estado – Cagec – e a obtenção da Certidão de Baixa de Construção, também conhecida como “Habite-se”, devido à falta de recursos para arcar com as despesas do processo na Prefeitura de Belo Horizonte.

Conclusão

Durante a visita, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência conheceu as condições de funcionamento da AME e ouviu seus profissionais sobre as dificuldades enfrentadas pela instituição. Entre elas, ficou patente a carência de recursos financeiros para a continuidade de suas atividades, agravada pelo fim dos repasses provenientes de parcerias com o poder público.

Diante da situação constatada, o deputado Duarte Bechir informou que realizará uma audiência pública para discutir, em conjunto com representantes do governo do Estado e da Prefeitura de Belo Horizonte, alternativas para sanar as dificuldades financeiras da entidade, de forma que o seu trabalho em prol das pessoas com deficiência não seja interrompido.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2017.

Duarte Bechir, relator.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/9/2017

Às 9h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Leonardo José Lima, solicitando que seja aberta no Município de Esmeraldas, no Bairro Jardim, uma UPA 24 horas, para melhor atender a população e os usuários necessitados de atendimento na área de saúde mental; e da Sra. Beatriz Fernandes, diretora de Assuntos Regulatórios da Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda, publicado no *Diário do Legislativo*, em 18/8/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.625 e 9.626/2017. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.777/2017, dos deputados Carlos Pimenta e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Procedimento de Manifestação de Interesses – PMI – nº 01/2017 da Fundação Ezequiel Dias – Funed –, que busca realizar parceria público-privada – PPP – para gestão, operação e manutenção de suas unidades fabris I, II e III, e a consequência desse ato na produção de baixos custos e preços, com economia de recursos públicos;

nº 9.778/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater o dia mundial do AVC, comemorado em 29 de outubro.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.631/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Unimed em Curvelo pedido de providências para a liberação da medicação solicitada em 24/7/2017, com o número de protocolo 33010820170724000649/414912017;

nº 9.649/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater o programa Leite Pela Vida, que tem como responsável a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Sedinor;

nº 9.678/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater o fechamento do Centro de Educação e Apoio Social – Ceaps –, que atua de forma estratégica e inovadora no serviço de triagem neonatal;

nº 9.681/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater a atuação da Fundação Hemominas na atenção à saúde das pessoas com doença falciforme;

nº 9.684/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao superintendente de empreendimentos do Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação das obras de saneamento básico e incrementos no Vale do Jequitinhonha;

nº 9.775/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Unaí para debater a possibilidade de implantação de um hospital regional na região Noroeste de Minas;

nº 9.776/2017, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fechamento do Hospital e Maternidade Nossa Senhora Auxiliadora, no Município de Caratinga.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Geraldo Pimenta – Bonifácio Mourão – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/9/2017

Às 9h42min, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater o estado de greve dos servidores da Junta Comercial de Minas Gerais e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Andressa de Oliveira Lanchotti, coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público, publicado no *Diário do Legislativo* em 18/8/2017. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.035 e 4.142/2017, ambos em turno único (Celise Laviola), e 4.355/2017, no 1º turno (Cristiano Silveira). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras.

Marinely Bonfim, secretária-geral, representando o presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais; Alessandra Ferreira da Silva Araújo e Márcia Thaise Lima Cruz, respectivamente, presidente e vice-presidente da Associação dos Servidores da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais; Sarah Campos, assessora jurídica da associação; Júnia Márcia Rodrigues dos Santos, coordenadora da Escola Permanente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – EPJ –, e os Srs. Lindolfo Fernandes de Castro, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais – Sindifisco-MG; Hugo René de Souza, vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação de Minas Gerais – Sinffazfisco –, representando o presidente; Eduardo Sergio Coelho, diretor educacional do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais – Sindpúblicos-MG –, representando o diretor fazendário do sindicato; e Carlos Alberto Menezes de Calazans, diretor-chefe de Relações Sindicais e Trabalhistas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. O presidente, Cristiano Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente – Marília Campos – Doutor Jean Freire.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/9/2017

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Glaycon Franco, Thiago Cota e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, publicada no Diário do Legislativo em 18/8/2017. A presidência comunica que será solicitada a reiteração dos Requerimentos de Comissão nºs 1.037, 1.186 e 1.760/2015. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.676/2016 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Geraldo Pimenta, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.121, 8.224 e 8.238/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nº 9.582, 9.654, 9.656 e 9.657/2017. O presidente deixa de receber, nos termos do art. 173 do Regimento Interno, inciso IV, o Requerimento nº 9.740/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater as medidas adotadas pela Fundação Renova para recuperação da Bacia do Rio Doce, tendo em vista a destruição provocada pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, e avoca a relatoria da visita à Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – Amig –, realizada no dia 31/8/2017 (Requerimento nº 9.058/2017). A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina essa fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Está presente a Sra. Maria Tereza Corujo, representante do Movimento pelas Serras e Águas de Minas, que tece suas considerações, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Dilzon Melo – Thiago Cota.

**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/9/2017**

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor) e os deputados Antonio Carlos Arantes e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São convertidos em diligência à Secretaria de Desenvolvimento Agrário, atendendo-se a requerimentos dos relatores, aprovados pela comissão, os Projetos de Lei n°s 3.968/2016 (relatora: deputada Marília Campos, em virtude de redistribuição), e 4.029/2017 (relator: deputado Roberto Andrade, em virtude de redistribuição), ambos no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.571/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a grave situação enfrentada pela Emater-MG, com a redução drástica de empregados e risco de colapso na prestação do serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater;

nº 9.736/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes e da deputada Ione Pinheiro, em que requerem seja encaminhado à Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Secretária-Geral da Presidência da República e ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – pedido de informações acerca do projeto de estudos para a privatização da CeasaMinas e da Casemg, no escopo do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI –, criado pela Lei Federal nº 13.334, de 2016;

nº 9.737/2017, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministro da Agricultura, Pecuária, e Abastecimento e ao Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Secretária-Geral da Presidência da República as notas taquigráficas da audiência pública que tratou da inclusão da CeasaMinas e da Casemg no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI –, apresentado pelo governo federal;

nº 9.738/2017, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada visita à sede da Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Secretária-Geral da Presidência da República, com sede em Brasília, com o objetivo de conhecer o detalhamento técnico do projeto de privatização da CeasaMinas e da Casemg, bem como conhecer os estudos técnicos realizados pelo BNDES que fundamentam a modelagem de privatização dessas duas empresas;

nº 9.739/2017, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada visita à unidade de Contagem da CeasaMinas para verificar denúncias feitas por associações de produtores sobre as condições de trabalho insalubres no espaço do Mercado Livre do Produtor – MLP – dessa unidade, bem como para constatar a situação de descaso com que a Diretoria da CeasaMinas lida com as demandas dessas associações por melhorias de condições de trabalho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de setembro de 2017.

Fabiano Tolentino, presidente – Roberto Andrade – Nozinho.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/9/2017

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado João Vítor Xavier, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Arlen Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater questões relativas à educação indígena. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. José Nunes de Oliveira, prefeito de São João das Missões; Francisco Sousa Santos, secretário de Educação de São João das Missões; Miguel Sérgio Seixas Ferro, assessor administrativo da Prefeitura de Itacarambi; Santo Caetano Barbosa, cacique da aldeia Morro Vermelho – Itacarambi; João Batista dos Santos, cacique da aldeia Vargem Grande – Itacarambi; Domingos Nunes de Oliveira, cacique da aldeia indígena dos xakriabás – São João das Missões; Wilson Luiz, vice-prefeito de Itacarambi; Bruno Farias, vereador de Itacambi; Dimas Brasileiro, vereador de Itacambi; Oton Fiúza, vereador de Itacambi; Alcino Alves de Barros, vice-cacique sacriabá; Marcelino Mendonça de Aquino; chefe de coordenações técnicas locais da Funai, representando Thiago Henrique Fiorott, coordenador regional da Fundação Nacional do Índio – Funai – Governador Valadares; Antônio Pinheiro, ex-prefeito de Ibirité. A presidência concede a palavra ao deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/9/2017

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cristiano Silveira e Doutor Jean Freire (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a ordem de despejo, a ser cumprida em setembro de 2017, envolvendo os moradores do Assentamento Pedro Marcelo dos Santos, localizado na Comunidade Garrote, em Bocaiuva. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* de 31/8/2017: ofícios da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1.º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.116/2017 com a Emenda nº 1 e 4.355/2017 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Cristiano Silveira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.451 e 8.519/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.667/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para o aumento do efetivo de policiais civis no Município de Muriaé, em virtude do crescente número de ocorrências de crimes violentos na cidade;

nº 9.669/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para aumento do efetivo de policiais militares no Município de Muriaé, em virtude do crescente número de ocorrências de crimes violentos na cidade;

nº 9.670/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para a intensificação das operações policiais no Município de Muriaé e região, em virtude do aumento da ocorrência de crimes violentos;

nº 9.821/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais para o aumento do número de viaturas policiais no Município de Muriaé, tendo em vista que no período noturno a cidade dispõe apenas de duas unidades, o que vem contribuindo para o aumento da criminalidade local e o agravamento da sensação de insegurança na população;

nº 9.822/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Junta Comercial de Minas Gerais, ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária, com vistas à realização, no âmbito de suas competências, das necessárias negociações com os servidores da Junta Comercial de Minas Gerais para o cumprimento do acordo firmado em 2015 entre essa autarquia e os servidores, envidando-se esforços para o pagamento da gratificação de 50% da remuneração mensal, a revisão do plano de carreira dos servidores e a garantia de manutenção dos valores pagos a título do vale-alimentação previstos na Lei nº 11.456, de 1994, afastando-se qualquer possibilidade de redução de tais valores, além da urgente apuração de condutas de nepotismo e assédio moral na referida autarquia, nos termos denunciados em audiência pública, com a aplicação das sanções cabíveis, comunicando-se as providências tomadas e os resultados obtidos.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marisa de Souza Alves, prefeita de Bocaiuva; Claudete Luciene Araújo Santos, moradora do Acampamento Pedro Marcelo (Fazenda Garrote); e Marly Duarte de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiuva, e os Srs. Geraldo Vitor de Abreu, subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, representando Neivaldo de Lima Virgílio, secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário; Cel. PM Giovanne Gomes da Silva, diretor de Apoio Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, representando Cel. PM Helbert Figueiró de Lourdes, comandante-geral; Adalberto Fernandes Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Bocaiuva; Rômulo Luiz Campos, assessor do Departamento de Assalariados Rurais, representando Wilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais; Wilton Soares Ribeiro Miranda, diretor de Mediação de Conflitos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Carlos Alberto Pereira dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Bocaiuva; Luiz Alvesmar Alves, presidente do Acampamento Pedro Marcelo (Fazenda Garrote). O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Carlos Pimenta. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Rosângela Reis, presidente.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Braulio Braz, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e a deputada Geisa Teixeira e os deputados Paulo Guedes, Fred Costa, Elismar Prado e Iran Barbosa, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para a reunião a ser realizada em 15/9/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência pública, debater a falta de interesse pelo edital de ampliação do Minascentro e do Expominas e o fechamento do Minascentro para reforma e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2017.

Roberto Andrade, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Antonio Lerin, Gil Pereira e Leonídio Bouças, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 15/9/2017, às 14 horas, à Usina Hidrelétrica de Jaguará, em Sacramento, com a finalidade de para participar de ato da Frente Mineira de Defesa da Cemig, contrário ao leilão das usinas controladas pela empresa.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2017.

João Vítor Xavier, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Thiago Cota, Dilzon Melo e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 18/9/2017, às 15 horas, à Companhia Siderúrgica Nacional, situada na Estrada Casa de Pedra, zona rural, no Município de Congonhas, com a finalidade de conhecer o complexo de barragens de rejeitos de minério de ferro da Mina Casa de Pedra, pertencente à referida empresa.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2017.

Gláycio Franco, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.475/2016****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.475/2016, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de São João do Vacarias, com sede no Município de Virgem da Lapa, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.475/2016

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de São João do Vacaria, com sede no Município de Virgem da Lapa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de São João do Vacaria, com sede no Município de Virgem da Lapa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Gustavo Corrêa, presidente – Cristiano Silveira, relator – Cássio Soares.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.479/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.479/2016, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Itamonte, com sede no Município de Itamonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.479/2016

Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Itamonte, com sede no Município de Itamonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Itamonte, com sede no Município de Itamonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Gustavo Corrêa, presidente – Cristiano Silveira, relator – Cássio Soares.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.802/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.802/2016, de autoria do deputado Emidinho Madeira, que declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços do Município de Pratápolis – Aciasp –, com sede no Município de Pratápolis, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.802/2016

Declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços do Município de Pratápolis – Aciasp –, com sede no Município de Pratápolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços do Município de Pratápolis – Aciasp –, com sede no Município de Pratápolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Gustavo Corrêa, presidente – Cristiano Silveira, relator – Cássio Soares.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.838/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.838/2016, de autoria do deputado Ivair Nogueira, que declara de utilidade pública o Lar dos Idosos Imaculada Conceição, com sede no Município de Monte Belo, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.838/2016

Declara de utilidade pública o Lar dos Idosos Imaculada Conceição, com sede no Município de Monte Belo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Lar dos Idosos Imaculada Conceição, com sede no Município de Monte Belo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Gustavo Corrêa, presidente – Cristiano Silveira, relator – Cássio Soares.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.903/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.903/2016, de autoria do deputado Ulysses Gomes, que declara de utilidade pública a Associação Marcio Lubrimar de Assistência Social, com sede no Município de Pouso Alegre, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.903/2016

Declara de utilidade pública a Associação Marcio Lubrimar de Assistência Social, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Marcio Lubrimar de Assistência Social, com sede no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Gustavo Corrêa, presidente – Cristiano Silveira, relator – Cássio Soares.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.944/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.944/2016, de autoria do deputado Gil Pereira, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Bairro Bela Paisagem, com sede no Município de Montes Claros, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.944/2016

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Bairro Bela Paisagem, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Bairro Bela Paisagem, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Gustavo Corrêa, presidente – Cássio Soares, relator – Cristiano Silveira.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.969/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.969/2016, de autoria do deputado Roberto Andrade, que dá denominação ao trecho da Rodovia MG-308 que liga o Município de Turmalina ao trevo do Município de Veredinha, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.969/2016

Dá denominação ao trecho da Rodovia MG-308 que liga o Município de Turmalina ao trevo do Município de Veredinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Vicente Antunes de Oliveira o trecho da Rodovia MG-308 que liga o Município de Turmalina ao trevo do Município de Veredinha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Gustavo Corrêa, presidente – Cássio Soares, relator – Cristiano Silveira.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.975/2017**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.975/2017, de autoria do deputado Paulo Guedes, que declara de utilidade pública o Centro de Referência, Apoio e Defesa da Cidadania, com sede no Município de Montes Claros, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.975/2017

Declara de utilidade pública o Centro de Referência, Apoio e Defesa da Cidadania, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Referência, Apoio e Defesa da Cidadania, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Gustavo Corrêa, presidente – Cássio Soares, relator – Cristiano Silveira.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.021/2017**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 4.021/2017, de autoria do deputado Lafayette de Andrada, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira dos Agentes Penitenciários – Abrap –, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.021/2017

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira dos Agentes Penitenciários – Abrap –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira dos Agentes Penitenciários – Abrap –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Gustavo Corrêa, presidente – Cássio Soares, relator – Cristiano Silveira.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.163/2017**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 4.163/2017, de autoria do deputado Inácio Franco, que declara de utilidade pública o Grupo de Apoio e Atendimento Voluntário Emergencial do Centro Oeste Mineiro G-3 Resgate, com sede no Município de Pitangui, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.163/2017

Declara de utilidade pública o Grupo de Apoio e Atendimento Voluntário Emergencial do Centro-Oeste Mineiro – G-3 Resgate, com sede no Município de Pitangui.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grupo de Apoio e Atendimento Voluntário Emergencial do Centro-Oeste Mineiro – G-3 Resgate, com sede no Município de Pitangui.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2017.

Gustavo Corrêa, presidente – Cássio Soares, relator – Cristiano Silveira.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 11/9/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 13/9/2017, que nomeou Leoncio Rodrigues de Oliveira, padrão VL-49, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

exonerando Damião Ferreira, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Marco Valério Sousa Sant'Ana, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Maria Vitória Amaral Figueiredo, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Francisco Luiz Barbosa Filho, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Lucas Eduardo Silva Oliveira, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda;

nomeando Raimundo Otávio Vieira, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Número do processo no Portal de Compras: 1011014 115/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Queretaro Tecnologia de Proteção Ambiental Ltda. Objeto: lâmpadas tubulares de LED. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços da Caixa Econômica Federal.

TERMO DE CONTRATO Nº 106/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: L3A Divisórias e Forros Eireli. Objeto: reforma em divisórias, conforme *layouts*, por demanda, com fornecimento de paredes divisórias, armários, balcões, bancadas e acessórios, inclusive montagem, instalação e desmontagem. Vigência: 12 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 53/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 123/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elevadores Atlas Schindler S.A. Objeto: modernização de 5 elevadores de fabricação Atlas, com fornecimento de todos os materiais e componentes necessários, incluindo sua manutenção preventiva e corretiva. Objeto do aditamento: prorrogação por 12 meses, sem reajuste de preço, do serviço de manutenção dos elevadores. Vigência: de 8/10/2017 a 7/10/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 132/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cilave Tecnologia Ambiental Ltda. Objeto: prestação de serviços de coleta, transporte, descarte e descontaminação de 3.600 lâmpadas de descargas queimadas, por ano, nas dependências da contratante, com a correta destinação ambiental dos resíduos, de acordo com a legislação ambiental vigente. Objeto do aditamento: prorrogação por 12 meses. Vigência: 14/12/2017 a 13/12/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 137/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Claro S.A. Objeto: prestação de serviços de transmissão fixa para satélite (*uplink*) para transmissão permanente, sem redundância, de sinais de áudio e vídeo digital da TV Assembleia para o satélite Star One C3. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste de preço pelo índice de 1,5%. Vigência: 12 meses, de 28/10/2017 a 27/10/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/9/2017, na pág. 46, onde se lê:

“Carlos Henriques Simões”, leia-se:

“Carlos Henrique Simões”.